

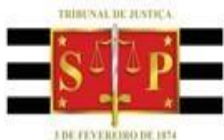
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

## SENTENÇA

Processo nº: **1000457-64.2018.8.26.0008 - Procedimento Comum**  
 Requerente: [REDACTED]  
 Requerido: (1) [REDACTED] e outro  
 (2) [REDACTED]

**Pleito: "AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO C/C COBRANÇA E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL"**

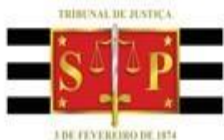
(sic – fl. 01), alegando, em síntese, que fez a portabilidade à [REDACTED] de dívida antes mantida como [REDACTED], mediante promessa de "retorno financeiro" de R\$2.800,00 (fl. 02/03). Alguns dias depois da contratação da portabilidade, o corréu [REDACTED] fez um depósito de R\$309,16 em favor do autor (fl. 03), e não os R\$2.800,00 prometidos, motivo pelo qual o autor procurou o PROCON. Instada a [REDACTED] no PROCON, esta esclareceu que nada haveria a entregar ao autor, vez que a diferença entre R\$2.800,00 e R\$309,16 foi consumida com: **a)** isenção da parcela do empréstimo vencida em JANEIRO/2017, no valor de R\$942,16; **b)** a retenção pelo [REDACTED] do valor de R\$942,16, em razão da portabilidade; a [REDACTED] fez proposta de acordo, não aceita pelo autor, levando-o a ajuizar a demanda no JUIZADO ESPECIAL sob nº 0014905-96.2017.8.26.0007. Prossegue o autor afirmando que na audiência do referido processo foi surpreendido com uma CÉDULA DE CRÉDITO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 1**

BANCÁRIO por ele emitida em favor do corréu [REDACTED], com assinatura do autor obtida fraudulentamente, vez que o autor assinou "em branco" o contrato e as folhas foram substituídas. Aponta, ainda, que a portabilidade deveria ocorrer pelo saldo do empréstimo junto ao [REDACTED], ou seja, 59 parcelas de R\$942,28, e não 72 parcelas de R\$942,28, como nela constou (fl. 04), vez que 13 parcelas já estariam pagas junto ao [REDACTED]. Em razão disso, o autor sofreu um prejuízo de R\$12.249,64, equivalente às 13 (treze) parcelas já pagas junto ao [REDACTED]. O autor afirma, ainda, que desistiu do processo do JUIZADO ESPECIAL sob nº 0014905-96.2017.8.26.0007 e por isso ingressou com a presente demanda. Invoca o Código de Defesa do Consumidor, apontando deficiência nas informações prestadas pelas rés na contratação. Aponta dolo das rés visando ao enriquecimento sem causa. Aponta fraude documental, com o envio e colheita da assinatura do autor em contrato "em branco", com a substituição de folhas do contrato por outras "contendo rabiscos que simulam rubricas do autor" (fl. 05 - I). Aponta violação à Resolução BACEN 4.292/2013, art. 3º, segundo a qual a portabilidade não pode ser superior ao saldo devedor e ao prazo remanescente da operação de crédito. Requer, assim, a nulidade do contrato original, para que outro contrato de portabilidade seja celebrado nos limites da Resolução BACEN 4.292/2013, art. 3º (fl. 06), "convertendo-o [ o contrato original ] em instrumento contratual de portabilidade de empréstimo consignado, contendo como valor da dívida 59 parcelas de R\$942,28, vencendo a primeira a partir de fevereiro/2017" (fls. 07, "a").



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 2**

Afirma-se idoso e que o Estatuto do Idoso foi violado, requerendo ofício ao MINISTÉRIO PÚBLICO (fl. 06/07). Pede indenização por danos morais no valor de R\$5.000,00 de forma solidária. Requer condenação solidária das rés ao pagamento do valor de R\$2.490,84, referente ao valor ofertado e o valor efetivamente pago ao autor por ocasião da portabilidade. ADITAMENTO à inicial (fls. 150), retificando o valor da causa, desistindo do pedido de gratuidade da justiça e juntando documentos.

**Prioridade do idoso:** concedida (fl. 35, item 1)

**Ofício ao Ministério Público:** indeferido (fl. 36, item 4).

**Contestação – ré** [REDACTED] **(fl. 207/237)**, em síntese, o contrato é válido, nega que o autor o tenha assinado "em branco", nega que tenha havido fraude contratual e substituição das rubricas do autor (fl. 210). Nega que tenham sido prometidos R\$2.800,00 ao autor, sendo que as negociações ou meras propostas não são o contrato original assinado pelo autor. Que não há vício de informação, pois do contrato consta claramente que o valor que seria recebido pelo autor era de R\$309,16. Nega os danos morais e o dever de indenizá-los. Alternativamente, invoca os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Contestação – ré** [REDACTED] **(fl. 239/254):** Que o valor pretendido pelo autor já foi parcialmente pago (R\$942,16 para



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 3**

pagamento da parcela vencida em janeiro/2017, desconto aproximado de R\$1.800,00 na dívida – fl. 242 - e R\$309,16, já pagos ao autor ). Quanto aos valores retidos pelo [REDACTED] (R\$942,16), deve o autor demandar o [REDACTED] para reembolso. Reconhece que eventual crédito devido pela [REDACTED] é de R\$606,52, proposta já recusada pelo autor. Sustenta que a simples operação de portabilidade não libera valores ao consumidor. Nega deficiência no fornecimento de informações. Nega danos morais e o dever de indenizá-los. Impugna inversão do ônus da prova.

**Processamento**: Houve réplicas.

**Relatei.**

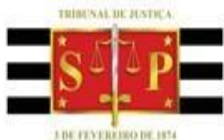
**D E C I D O.**

Desnecessárias outras provas (NCPC 355, I).

REJEITO a alegação de falsificação documental, porque o autor confirma sua assinatura, ainda que "em branco", descabendo perícia a respeito. O que cabe no caso é verificar se o preenchimento das condições da contratação corresponderam ao que foi efetivamente negociado pelas partes.

Ao contrário do que afirma a ré [REDACTED], a proposta de fls. 47 vincula o fornecedor, pois integra o contrato, nos termos do art. 30, do Código de Defesa do Consumidor:

"Art. 30. Toda informação ou publicidade,



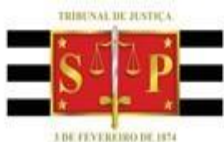
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 4**

*suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, **obriga o fornecedor** que a fizer veicular ou dela se utilizar **e integra o contrato** que vier a ser celebrado."*

Por isso, apesar de a defesa apontar que não houve mera portabilidade, mas também um financiamento válido com os valores expostos na Cédula de Crédito Bancário em discussão, para que houvesse uma "troca com troco", acaba por ceder à vista da missiva de fls. 47, de oferta preparatória à contratação final feita pelo peticitante (██████████) ao oblato (AUTOR):

*"A proposta é fazer a **portabilidade** do BANCO ██████████, parcela de R\$942,28 para o banco ██████████, mantendo o mesmo valor de parcela e prazo do contrato que já está em 72x, **sendo possível assim liberar o valor de até 2.000,00 na conta do senhor** no prazo de aproximadamente 15 dias úteis, mais isenção da parcela do mês e redução na taxa de juros."*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 5**

E também no e-mail de fls. 12:

*"Utilizando a menor tabela é possível **liberar**  
**aproximadamente R\$2.800,00**, mais que isso  
 realmente não consigo!"*

*(fl. 12)*

Evidente que se mascarou um NOVO FINANCIAMENTO para que se liberasse o valor de R\$2.000,00 (fl.47) ou R\$2.800,00 (FL. 12) ao autor na mudança da instituição financeira, pois do contrário não haveria qualquer vantagem econômica à operação pela corré [REDACTED] e sua parceira [REDACTED], lembrando-se que se trata de instituições financeiras também e que vivem do lucro.

Fosse mesmo uma PORTABILIDADE, e não um NOVO FINANCIAMENTO, sequer haveria "troco" de R\$2.000,00 (ou R\$2.800,00, conforme fls. 12), porque a PORTABILIDADE apenas transfere a dívida pelo saldo devedor e pelo prazo original, não havendo "ACRÉSCIMOS" ou "TROCO" ou qualquer vantagem financeira, seja para o consumidor, seja para a nova instituição financeira destinatária cessionária do financiamento ([REDACTED]). Sequer haveria qualquer vantagem para a [REDACTED].

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 6**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

Não houvesse novos encargos e juros com NOVO FINANCIAMENTO, não haveria sequer a necessidade de a [REDACTED] e a [REDACTED] existirem, porque economicamente a operação de portabilidade restaria inviável, porque dela nenhuma vantagem adviria às rés. Por isso, contrataram um NOVO FINANCIAMENTO, com novos valores, a pretexto de estarem contratando uma PORTABILIDADE.

A promessa de "troca com troco" foi exposta na missiva de fls. 47, sendo evidente que se mascarou a simples PORTABILIDADE com um novo FINANCIAMENTO, daí advindo o lucro das instituições financeiras rés.

O autor foi, assim, enganado na contratação, pois não se explicou a diferença entre a simples portabilidade e a contratação de novo financiamento, com renegociação da dívida anterior, mediante a cessão do antigo financiamento original.

Falharam as rés no dever de informação perante o consumidor. Mais: à vista de fls. 47, entendo que as rés agiram com dolo, omitindo informação relevante quanto à "liberação" de novo valor ao autor, pois isto só seria possível mediante a contratação de NOVO FINANCIAMENTO, e não por meio de simples PORTABILIDADE.

As rés não contestaram, ainda, que o autor já havia pago 13 (treze) parcelas do empréstimo original firmado junto ao [REDACTED], o que fica confessado e incontroverso.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

Além disso, não impugnaram especificamente a a violação à Resolução BACEN 4.292/2013, art. 3º, segundo a qual a portabilidade não pode ser superior ao saldo devedor e ao prazo remanescente da operação de crédito:

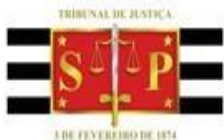
***Art. 3º** O valor e o prazo da operação na instituição proponente não podem ser superiores ao saldo devedor e ao prazo remanescente da operação de crédito objeto da portabilidade na data da transferência de recursos de que trata o art. 7º.*

***Parágrafo único.** Na hipótese de o valor da prestação da operação de crédito objeto da portabilidade na instituição proponente ser maior do que o valor da prestação na instituição credora original, a instituição proponente deve obter do devedor a manifestação formal e específica de sua concordância com o aumento do valor da prestação.*

Por isso, nos termos da Resolução BACEN 4.292/2013, art. 3º em hipótese alguma a mera portabilidade da dívida poderia ser superior ao SALDO DEVEDOR, considerado que o autor já havia pago 13 (treze) parcelas de R\$942,28 junto ao BANCO [REDACTED] – fato incontroverso por falta de impugnação especificada.

Tem-se assim que se celebrou um NOVO





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de SÃO PAULO  
FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ  
1ª VARA CÍVEL  
RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 8**

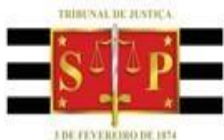
FINANCIAMENTO, mascarando-o de operação de simples portabilidade, sob a promessa de vantagem financeira imediata ao autor (R\$2.000,00 ou R\$2.800,00 de "troco").

As rés violaram, assim, o dever de informação previsto no Código do Consumidor, com publicidade enganosa, devendo ser revisto o contrato, como pretendido pelo autor, para reduzi-lo ao valor de 59 parcelas de R\$942,28 (abatidas as 13 parcelas já pagas do financiamento original junto ao [REDACTED])

Além disso, nenhum valor deveria ter sido retido na simples operação de portabilidade, respondendo as rés pela diferença prometida, devendo elas obter o ressarcimento eventual junto ao BANCO [REDACTED].

Por isso, devida a diferença pretendida pelo autor a título de "troco" na operação, tal como se depreende da proposta original, ensejadora da contratação, sem a qual o consumidor não teria contratado. Não só o valor ofertado pela [REDACTED], mas sim a diferença de R\$2.480,84, que deveria ter sido creditada, à vista do e-mail de fls. 12. Tal diferença deverá ser solidariamente suportada pelas rés, em vista do ilícito perpetrado contra o consumidor.

Por ter sido vítima de dolo das instituições financeiras



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

ora acionadas e sem prejuízo do oficiamento ao BANCO CENTRAL DO BRASIL – medida que se impõe no caso concreto – entendo devida **1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 9**

também a indenização por danos morais, no montante sugerido na inicial (R\$5.000,00), em caráter solidário.

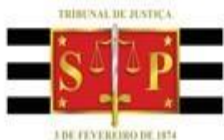
É o que basta para o deslinde.

Isto posto, conforme NCPC 487, I, **JULGO PROCEDENTE** a pretensão inicial para o fim de:

**I – ANULAR EM PARTE** a CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO Nº 26-733398-16006, emitida em 09.12.2016 em Porto AlegreRS, **REVISANDO-A** para nela constar que fica CONVERTIDA em PORTABILIDADE de EMPRÉSTIMO CONSIGNADO, com valor total a pagar de R\$55.594,52, para 09.12.2016, a ser pago em 59 (cinquenta e nove) parcelas de R\$942,28 cada uma, com os mesmos encargos moratórios do contrato, AFASTADOS os demais encargos e valores, porque **NULOS** em razão da malícia na contratação, com exposto acima; Os valores já pagos pelo autor deverão ser amortizados no saldo devedor. **DECLARO INEXIGÍVEIS** os encargos de juros remuneratórios e tributos, para além do valor devido acima;

**II – CONDENAR** solidariamente as rés [REDACTED]

[REDACTED] e [REDACTED],



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de SÃO PAULO**  
**FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901**

FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS a **PAGAREM** ao autor

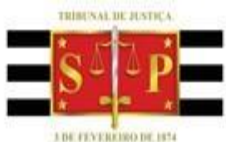
**[REDACTED]**:

**A** – a diferença de R\$2.490,84 (dois mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e quatro centavos),

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 10**

valor para DEZEMBRO/2016, atualizada monetariamente pela Tabela Prática do TJSP a partir de dezembro/2016, com juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação da última ré;

**B** – INDENIZAÇÃO por danos morais no importe de R\$5.000,00 (cinco mil reais), corrigida monetariamente pela Tabela do Tribunal de Justiça a partir da data desta sentença, conforme Súmula 362, do Superior Tribunal de Justiça, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês (art. 406, do Código Civil/2002 c/c art. 161, §1º, do Código Tributário Nacional), a contar do trânsito em julgado desta sentença ou da data da publicação do acórdão, do qual não caiba mais recurso com efeito suspensivo, quando então se torna exequível e exigível coativamente a indenização fixada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de SÃO PAULO  
FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ  
1ª VARA CÍVEL  
RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901

**CONDENO** a parte ré a pagar à parte autora o reembolso de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que se fixam em 10% (dez por cento) do valor atualizado da condenação.

**OFICIE-SE** à OUVIDORIA DO BANCO CENTRAL DO

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 11**

BRASIL em SÃO PAULO, com cópia dos autos e desta sentença, para as providências cabíveis que o caso requer.

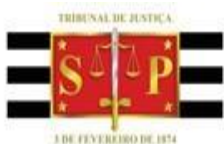
**OFICIE-SE** ao MINISTÉRIO PÚBLICO –  
PROMOTORIA DO CONSUMIDOR com cópia dos autos e desta sentença  
para conhecimento e eventuais providências que entender cabíveis. P.R.I.

São Paulo, 22 de novembro de 2018.

*(assinatura digital – veja ao lado)*

**Fábio Rogério Bojo Pellegrino**

Juiz de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de SÃO PAULO  
FORO REGIONAL VIII - TATUAPÉ  
1ª VARA CÍVEL  
RUA SANTA MARIA Nº 257, SÃO PAULO - SP - CEP 03085-901

**1000457-64.2018.8.26.0008 - lauda 12**